

Vol. 1

*Direito
fundamental
ao governo
probo:*

a transparência dos
atos administrativos e
a efetiva participação
popular na
Administração Pública

Elaine Martins Parise

Coleção

*Direitos fundamentais e acesso à justiça no
estado constitucional de direito em crise*

Coordenador:

Gregório Assagra



Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
Copyright © 2018, Elaine Martins Parise.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Enzo Zaqueu Prates
(Foto por Jakob Braun via Unsplash)

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização
prévia do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

PARISE, Elaine Martins .

Direito fundamental ao governo probro: a transparência dos atos administrativos e a efetiva participação popular na Administração Pública - Coleção Direitos fundamentais e acesso à justiça no estado constitucional de direito em crise - Co-ordenação: Gregório Assagra de Almeida- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-882-6

1. Direito. 2. Direito Administrativo. I. Título. II. Autor

CDU342

CDD341.3

957971

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
1. INTRODUÇÃO	17
2. O ESTADO: CONCEITUAÇÃO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA	23
2.1. O Estado na Antiguidade.....	24
2.2. O Estado na Idade Média.....	26
2.3. Do Estado Moderno ao Estado Constitucional.....	31
3. A CORRUPÇÃO E O ENFRAQUECIMENTO DA DEMOCRACIA	45
3.1. Corrupção: conceito.....	49
3.2. Causas da corrupção no Brasil.....	52
3.3. Modalidades de corrupção.....	68
4. A DEFESA DA PROIBIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	73
4.1. Moralidade e proibidade administrativa: a ética juridicizada?.....	82
4.2. A proteção da proibidade e da ética juridicizada no ordenamento constitucional e infraconstitucional brasileiro.....	88
4.3. O descumprimento da ética juridicizada.....	95
4.3.1. Desvios de finalidade.....	96

4.3.2. Fiscalização de tributos.....	99
4.3.3. Recrutamento de servidores em desacordo com as normas constitucionais.....	100
4.3.4. Licitação.....	106
4.3.5. Financiamento de campanhas políticas.....	107
4.4. Consequências do descumprimento do dever de probidade.....	113
5. O DIREITO FUNDAMENTAL AO GOVERNO PROBO.....	117
5.1. Direitos fundamentais: conceito e breve evolução histórica.....	119
5.2. O direito fundamental ao governo probó.....	129
5.3. Características, titularidade, oponibilidade e defesa do direito fundamental ao governo probó.....	144
6. A TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA E A ACCOUNTABILITY: INSTRUMENTOS PARA O ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO E PARA O FORTALECIMENTO DO DIREITO SUBJETIVO AO GOVERNO PROBO.....	151
6.1. Direito à informação e à transparência.....	153
6.2. A participação popular e a educação como formas de aprimorar o combate à corrupção.....	169
6.3. O Poder Legislativo, o dever de fiscalizar e a transparência.....	178
7. CONCLUSÃO.....	189
REFERÊNCIAS.....	193